

A Censura está de volta

CINEMA Misto de ignorância e preconceito contra a produção nacional, Bolsonaro ameaça criar “filtros” para os filmes, atitude que tinha outro nome no passado

POR JOTABÊ MEDEIROS

O filme *Bruna Surfistinha*, produção de 2012, gerou 500 empregos diretos e indiretos, levou 2,2 milhões de espectadores aos cinemas, rendeu 20 milhões de reais em bilheteria e 10 milhões em impostos para o Estado brasileiro (2 milhões de reais a mais do que o Estado investiu no filme através da Agência Nacional de Cinema, a Ancine, e pela Lei do Audiovisual). Apesar da robustez de seu desempenho, *Bruna Surfistinha* tornou-se alvo da tacanhice ideológico-moral do governo Jair Bolsonaro na última semana, quando o presidente resolveu fazer demagogia para seus eleitores extremistas e citou pejorativamente o filme dirigido por Marcus Baldini.

Usando *Bruna Surfistinha* como pretexto de imoralidade, o sequioso mandatário chegou à seguinte conclusão: “Se não puder ter um filtro, vamos fechar a Ancine ou privatizá-la”. A ameaça de Bolsonaro, o chamado “filtro”, foi imediatamente traduzida pela classe artística: trata-se de censura. Na segunda-feira 22, mais de 800 artistas e intelectuais

assinaram uma carta contra a ameaça de se instituírem “filtros” na cultura, entre elas o cantor Caetano Veloso e os atores Antonio Grassi e Débora Falabella. “Repudiamos veementemente as declarações do presidente da República, quando ameaça promover censura a obras audiovisuais fomentadas pela Ancine”, diz a nota. Também os secretários de Cultura do Nordeste, reunidos, divulgaram nota repudiando a situação. “Nenhum presidente ousou fazer uma intervenção na arte como Bolsonaro está fazendo”, disse Fábio Novo, secretário de Cultura do Piauí.

O ataque de Bolsonaro embute o autoritarismo típico de sua composição política, análogo ao de ditadores como os da

“Se não puder ter um filtro, vamos fechar a Ancine ou privatizá-la”, vocifera o presidente





“Isaura sentiu-se renascer. De todas as palavras de admiração que Fernando alinhara sobre Marcos, retivera apenas aquele fato novo: seu amado continuaria perto dela”

ARIANO SUASSUNA
(Em *A História do Amor*
de Fernando e Isaura,
Nova Fronteira)



Bruna Surfistinha
incomoda o ex-capitão.
Haja recalque



Coreia do Norte ou da Arábia Saudita. Ou, para ser mais preciso, ao período hitlerista na Alemanha, entre 1933 e 1945, quando Paul Joseph Goebbels e seu Ministério da Propaganda nazista montaram um cinema de encomenda que tinha como ariete a diretora Leni Riefenstahl, entre outros. Goebbels almejava o controle absoluto da arte, informação e imprensa como arma de subjugação social.

Da mesma forma que Goebbels, Bolsonaro defendeu que a Ancine se dedique a patrocinar filmes sobre “heróis brasileiros”, como vociferou. “Nós temos tantos heróis e as pessoas não falam sobre eles. Devemos preservar nossa memória, mostrar o passado das pessoas que deram suas vidas no passado, batalharam para o Brasil ser independente ou democrático com um futuro que pertença a todos.”

Mesmo que houvesse uma procuração nacional para legitimar a sua noção fora da lei do que seja um herói brasileiro (saudou publicamente um notório torturador da ditadura civil-militar,

“Não sabem o que é e como funciona uma economia baseada em direitos autorais”, diz Manevy

o coronel Brilhante Ustra), sabe-se que sua atividade recente em prestar tributos consiste numa homenagem póstuma a um funkeiro suicida que tentou assassinar a namorada (Tales Volpi, o MC Reação) e, em uma frase sintomática dita somente após ser inquirido, sobre um dos maiores músicos da história do País, João Gilberto, morto aos 88 anos no dia 6 de julho. Sobre João Gilberto, Bolsonaro disse, laconicamente: “(Era) uma pessoa conhecida. Nossos sentimentos à família, tá ok?”

De prático, além da exibição pública de parvoíce, restou a decisão de Bolsonaro de transferir o Conselho



A LEI ROUANET DEFINHA

A única medida concreta na área cultural do governo Jair Bolsonaro pode virar um mico. Após uma reforma apressada na Lei Rouanet, em abril, a captação de recursos incentivados caiu barbaramente. Até agora, somente 1.341 projetos de todo o País conseguiram dinheiro por intermédio da legislação, captando no total 326 milhões de reais. A média anual vinha se mantendo na faixa de 1,2 bilhão de reais desde 2007 (em média, com mais de 5 mil projetos aprovados). O número de

incentivadores também recuou bastante: em 2018, houve 17.522 empresas e pessoas físicas investindo na legislação; em 2019, até agora, apenas 2.197 investidores. O atual ritmo mostra que é pouco provável que o aproveitamento chegue ao mesmo patamar nos meses que restam do ano.

Um dos principais discursos do Ministério da Cidadania, o de que a reforma fosse “democratizar” os recursos e fazê-los chegar até os estados onde não chegavam, caiu por terra. Dos 326



Osmar Terra prometia “democratizar” os recursos. Democratizou a escassez



Superior de Cinema (CSC) do Ministério da Cidadania para a Casa Civil, além de reduzir a sua composição pela metade. É um esforço de controle, mas o tiro pode sair pela culatra: o movimento dos artistas diz que vai à Justiça, se necessário, para garantir uma “cultura livre” de interferências estatais na área audiovisual. O clã dos Barreto (Luiz Carlos Barreto e seu filho, Bruno) manifestou-se favorável à transferência, ainda não efetivada. Mas são vozes solitárias. “Sou a favor de que a Ancine fique no atual Ministério da Cidadania. Porque o da Economia, dirigido por Paulo Guedes, é uma visão de país exportador de matéria-prima, que não compreende a economia do século XXI e da inovação. Eles não sabem o que é e como funciona uma economia baseada em direitos autorais”, afirmou Alfredo Manevy, ex-diretor da SPCine, agência de fomento cinematográfico de São Paulo.

A diatribe de Bolsonaro sobre *Bruna Surfistinha* também trai um subtexto de intolerância que se funda orgulhosamente no desconhecimento, na

milhões de reais captados até agora, somente 13 milhões de reais foram para o Nordeste; a Região Norte ficou com 6 milhões de reais e a Região Sudeste investiu 235 milhões de reais. Basicamente, não mudou nada. É preciso considerar também que a captação atual ainda está muito escorada em projetos aprovados antes da reforma, o que pode tornar ainda mais drásticas as suas consequências.

Ao fixar um limite de 1 milhão de reais para captação por projeto, o governo acreditou atingir as “mamatas”,

como chamava as produções mais caras. Mas atingiu principalmente a categoria dos musicais. Em 2018, o mecenato da Lei Rouanet tinha aprovado 205 projetos de teatro musical; em 2019, até agora, apenas 16 projetos foram aprovados. Essa rasteira atingiu em cheio a saúde de uma indústria cultural que cresce ano a ano: cada musical em cartaz tinha entre 10 e 50 artistas no palco, além de 15 músicos na orquestra e 10 a 40 técnicos, empregando cerca de 200 profissionais em sua cadeia produtiva. O primeiro

efeito, evidente, foi um aumento nos preços dos ingressos dos musicais que já estão em cartaz. O preço mais barato agora é de 50 reais e o mais caro chega a 300 reais.

Dos dez maiores captadores no ano passado, três eram do setor de musicais: Aventura, T4F e Atelier de Cultura, cujos projetos passavam dos 10 milhões de reais. Essas empresas foram praticamente alijadas do processo: atualmente, a maior empresa de entretenimento do ramo, a T4F, não tem nenhum novo musical sendo ensaiado para

estrear neste ano. De uma forma geral, caiu drasticamente o número de projetos aprovados em toda a área de artes cênicas, de 422 para 161.

A reforma da lei de incentivo pelo Ministério da Cidadania manteve os principais focos de privilégios, como os planos plurianuais de instituições diversas. Por meio desses planos, que têm abrangência de quatro anos, fica mais difícil fiscalizar a aplicação correta dos recursos (pelo longo período de duração e a diversidade de ações e atividades envolvidas).





“Se o filtro é ideológico, é o retorno da censura”, disse o neorrepentino diretor José Padilha

soberba da ignorância. Bolsonaro é tão primitivo que acha que um filme que trata de prostituição é necessariamente pornográfico. Equivale a dizer que *O Poderoso Chefão* é criminoso, que *O Silêncio dos Inocentes* é psicopata ou que *A Cor Púrpura* é escravagista. Como palpiteiro que combate a informação fundada em estatísticas, estudos sérios e dados comparativos, o presidente não sabe que cerca de 80% dos filmes financiados com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual são do gênero ficção.

Filmes propagandísticos são um perigo na mão de governantes de viés autoritário, além de serem candidatos potenciais a produções obscuras, como foi o caso do filme chapa-branca sobre a Operação Lava Jato, *Polícia Federal: A Lei É para Todos*, patrocinado secretamente por uma empresa amiga do regime, o Grupo Jari (que acaba de pedir recuperação judicial das suas empresas). Tornou-se uma peça de infâmia política após a sucessão de vazamentos divulgados pelo site The Intercept, que o tornaram uma piada precoce – hoje, até as pedras dos calçamentos sabem que a operação tinha intuito político e manipulava nos bastidores para criminalizar um

único partido e beneficiar outros, além de poupar criminosos com identificação de propósitos.

“Não sei a que tipo de filtro ele está se referindo. Se é ideológico, é o retorno da censura ao cinema brasileiro. Quanto à ameaça de fechar a Ancine, não estou surpreso. Trump sabotou todas as agências americanas, começando com aquelas destinadas à ciência, questões ambientais e à luta contra o aquecimento global. É como Forrest Gump diz: ‘Estupidez é o que o estúpido faz’”, afirmou ao *Jornal Nacional* o cineasta José Padilha, o neorrepentino diretor de *Tropa de Elite*, *Robocop* e *Narcos*. “Não consigo dar crédito a isso em um país democrático em 2019”, disse Leonardo Edde, do Sindicato da Indústria Audiovisual (Sicav).

“O cinema não pode se reduzir a uma ou outra visão de mundo, pois isso nos

“O cinema não pode se reduzir a uma ou outra visão de mundo”, protesta o diretor Baldini

limita como gente, como povo”, diz o diretor do filme *Bruna Surfistinha*, Marcus Baldini. “A diversidade é uma das belezas da humanidade e a cultura, sua expressão.” Os “filtros” preconizados de Bolsonaro foram rejeitados até por gente do seu espectro político, como o deputado Alexandre Frota, e considerados temerários pelos ex-ministros da Cultura de Temer, Sérgio Sá Leitão e Marcelo Calero.

O cinema nacional tem um impacto de 0,46% no PIB, movimentando 24,5 bilhões de reais por ano. Supera a indústria de papel e celulose (22 bilhões), farmacêutica (18 bilhões), de eletrônicos (16 bilhões) e têxtil (12 bilhões). É infinitamente maior do que a exportação de abacates, saudada por Bolsonaro, que movimentou 59 milhões de reais em 2018.

A produção audiovisual do País hoje alimenta 17,7% do conteúdo exibido nos canais por assinatura, embora tenha uma cota definida por lei de apenas 2,8% (na Europa, é de 50%). E temos 8.816 produtoras de cinema registradas e regulares trabalhando, com milhares de empregos sendo gerados continuamente.

Em 2018, o cinema brasileiro vendeu 23 milhões de ingressos. A saúde dessa indústria não depende de repasses governamentais, ela gera sua própria receita por meio da taxa de operadores de telefonia, do cinema estrangeiro e da tevê paga. É justamente essa capacidade de autogestão que incomoda o governo. Ao jornal *Folha de S. Paulo*, uma fonte do governo diz que acha “atípico” que uma agência tenha um fundo de fomento autônomo. O governo quer controlá-lo e adequá-lo aos seus interesses. “A ideia de controlar ou filtrar a produção cultural é típica de regimes autoritários. Mas isso pode ser só uma cortina de fumaça para eliminar a agência com a possível convivência dos liberais do governo, que não querem subsídio público para a cultura”, analisa Alfredo Manevy. •

ZENON STEFANIAK/AVALLON/ZUMA PRESS/FOTOARENA